

Autodeterminação &
**Direito
penal**

RODRIGO FUZIGER





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Rodrigo Fuziger.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathália Torres
*Imagem por Henry Siddons Mowbray [Le Destin –
1896 – Detalhe – Modificada]*

Diagramação Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP)

Fuziger, Rodrigo
F996 Autodeterminação e direito penal / Rodrigo Fuziger. - 1. ed. - Belo Horizonte,
São Paulo : D'Plácido, 2021.
464 p.

ISBN 978-65-5589-308-3

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação	15
Prefácio	19
Introdução	21
1. O livre-arbítrio como problema central à existência humana	35
1.1. Perspectivas diante do impasse a respeito do livre-arbítrio.....	42
1.2. Liberdades e Direito penal.....	57
1.3. Breves considerações acerca das teorias sobre o livre-arbítrio.....	63
2. O livre-arbítrio metafísico: A liberdade de ação como pedra de toque da história da filosofia	73
2.1. O livre-arbítrio na Filosofia antiga.....	74
2.1.1. Aristóteles.....	75
2.2. O livre-arbítrio na Filosofia medieval.....	77
2.2.1. Agostinho de Hipona.....	78
2.3. O livre-arbítrio na Filosofia moderna.....	82
2.3.1. Descartes.....	83
2.3.2. Leibniz.....	91
2.3.3. Spinoza.....	96
2.3.4. Schopenhauer.....	99

2.4. O livre-árbítrio na Filosofia contemporânea.....	104
2.4.1. Sartre	105
3. Livre-árbítrio e autodeterminação: algumas perspectivas científicas.....	113
3.1. O livre-árbítrio e a Física: acerca da “passagem do tempo”.....	117
3.1.1. O determinismo da física mecanicista clássica e o resgate do indeterminismo pela física quântica.....	124
3.2. O livre-árbítrio e a Biologia: a liberdade é um atributo da vida?.....	138
3.3. Neurociência e liberdade de ação.....	146
3.3.1. O deslumbramento do Direito penal pela Neurociência.....	156
3.3.2. O impasse persiste: as respostas da Neurociência sobre o livre-árbítrio.....	163
3.4. Para além da Ciência: a “solução” da (não) questão do livre-árbítrio.....	176
4. Livre-árbítrio, autodeterminação e comportamento social.....	195
4.1. Condicionantes sociais.....	215
4.1.1. Atributos morais e expectativas sociais.....	218
4.2. A limitação social do plexo de possibilidades individuais.....	227
4.3. A noção de “ator situado”: notas a respeito do “cenário” de atuação.....	234
4.3.1. Considerações acerca de três modelos de Criminologia Clínica.....	237
4.3.2. Do autor ao ator.....	249
5. Livre-árbítrio, autodeterminação e direito penal.....	257
5.1. Considerações acerca da culpabilidade.....	261
5.1.1. Culpabilidade ou responsabilidade?.....	270
5.1.2. O livre-árbítrio (ainda) é o alicerce da culpabilidade?.....	281
5.1.3. É possível conceber um Direito penal sem culpabilidade?.....	295
5.2. A coculpabilidade: um prelúdio teórico.....	304
5.2.1. A “culpabilidade por vulnerabilidade”.....	323

5.2.2. Cotejando “coculpabilidade” e “culpabilidade por vulnerabilidade”.....	329
6. Autodeterminação, o ator situado e a coculpabilidade.....	343
6.1. Quando o Estado situa o ator.....	352
6.1.1. Estigmatização e autodeterminação.....	357
6.1.2. Breve crítica a uma conclusão do paradigma da reação social: a ausência de ontologia do crime.....	360
6.2. O legislador e o julgador como atores situados.....	364
6.3. Porque, como e onde situar a coculpabilidade no Direito penal brasileiro.....	370
6.3.1. A previsão da coculpabilidade no ordenamento de outros países.....	381
6.3.2. A inserção da coculpabilidade no ordenamento brasileiro.....	387
6.3.3. Proposta de positivação da coculpabilidade no Código penal brasileiro.....	401
6.4. Proporcionalidade e seletividade.....	412
6.5. Operando com a (im)popularidade do Direito penal.....	420
6.5.1. Limitando um instrumento limitado.....	425
Conclusões.....	429
Referências.....	437